



Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

QUADRO SÍNTESE DE AUDIÊNCIA

ENTIDADE	DEPUTADOS PRESENTES	DATA DA AUDIÊNCIA	CONTATOS
Associação Portuguesa da Indústria de Plásticos - APIP: <ul style="list-style-type: none">• Pedro Colaço (Presidente) APIP• Dr. Paulo Azevedo - SILVEX• Dr. Borges do Amaral – Grupo ALBERPLÁS• Eng.º Amaro Reis – SACOS 88• Dr. Paulo Almeida – PLASGAL• Dr. Manfred Ell – MANI	Vice-Presidente – Dep. Virgílio Macedo (PSD), que presidiu Dep. António Costa da Silva (PSD) Dep. Maurício Marques (PSD) Dep. Ascenso Simões (PS) Dep. António Cardoso (PS) Dep. Heitor Sousa (BE)	24 / 1 / 2017	Gravação áudio
Exposição de Motivos	Questões colocadas pelos Deputados		
<p>O Presidente da APIP, Pedro Colaço referiu-se com preocupação ao DL 71/2016, com aplicação difícil, com muitos custos.</p> <p>O Dr. Paulo Azevedo/SILVEX referiu-se ao DL 71/2016, que entrou em vigor em 5 de Novembro, data que defendeu dever ser prorrogada, para o que enumerou causas:</p> <ul style="list-style-type: none">○ há dúvidas colocadas e não respondidas pela APA;○ a Portaria 306/2016, que criou a CAGER, para	<p>Vice-Presidente – Dep. Virgílio Macedo (PSD) deu boas vindas e explicou tempos de intervenção.</p> <p>Dep. Maurício Marques (PSD) cumprimentou e disse entender as dificuldades enumeradas e o fomento do mercado paralelo; ficou preocupado com a viabilidade do setor e com o não funcionamento da CAGER; referiu-se às dificuldades da cobrança de taxa nas embalagens de serviço, pouco definidas,</p> <p>Dep. António Cardoso (PS) cumprimentou e disse reconhecer a importância da Indústria dos plásticos; tomou nota das dificuldades enumeradas, que analisarão e</p>		



Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

<p>resolução de conflitos, mas ainda não está criada;</p> <ul style="list-style-type: none">○ a passagem da taxa para os clientes vem sendo contestada, pela indefinição de “embalagem de serviço”, e no caso da Silvex terá que pagar 600 mil€;○ pode ocorrer um mercado paralelo, ponderando a taxa poder ser cobrada pelas alfândegas. <p>Têm muitas perguntas técnicas.</p> <p>As entidades gestoras, previstas para 1 de Janeiro, ainda não entraram em funcionamento, excepto a Sociedade Ponto Verde, cujos elevados custos remuneratórios salientou.</p> <p>Rejeitou o ónus de agente tributário, que não são.</p> <p>O Eng.º Amaro Reis/SACOS 88, de Leiria, recordou anterior metodologia de declaração das embalagens e taxas, que comparou com o aumento de 10/15% das taxas atuais.</p> <p>Notou que nunca foram ouvidos e salientou consequências das cobranças sucessivas.</p>	<p>que também no âmbito da Comissão do Ambiente serão apreciadas.</p> <p>Dep. Heitor Sousa (BE) cumprimentou e sugeriu que entregassem cópia das dúvidas colocadas à APA, analisando as possíveis datas de entrada em vigor: 5 Novembro, acrescidos de 30 e de 90 dias úteis, e ponderou um adiamento da execução da Lei, notando terem sido formuladas críticas de fundo à Lei; pediu o envio das iniciativas já produzidas quanto a dúvidas na interpretação da Lei.</p> <p>Vice-Presidente – Dep. Virgílio Macedo (PSD) explicou a análise a ser feita na Comissão de Ambiente e explicou o processamento dos vários problemas colocados, nomeadamente pelos Grupos parlamentares, pela Comissão de Ambiente e junto do Governo.</p>
O que pretendem ver regulamentado	
Pretendem a definição de “embalagem de serviço” e o adiamento da entrada em vigor do DL 71/2016.	



Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

Respostas às questões dos Deputados:

O Dr. Paulo Azevedo/SILVEX respondeu:

- sublinhou as dificuldades criadas às empresas e à economia real;
- a CAGER ainda não está a funcionar;
- dialogou com o Dep. Heitor Sousa (BE) sobre as entradas em vigor previstas no DL, tendo o Vice-Presidente feito o ponto da situação;
- insistiu na prorrogação da entrada em vigor do DL 71/2016, explicando dúvidas e poder entregar cópia de emails sobre as dúvidas enumeradas.

O Presidente da APIP explicou que a APIP irá entregar [documentação](#) com resumo das preocupações apresentadas e está disponível para integrar um Grupo de trabalho que venha a ser criado para rever a legislação em análise.

O Vice-Presidente da Comissão

(Virgílio Macedo)